



**ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA. RIO DE JANEIRO, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.**

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Gabinete da Direção-Geral, foi realizada a oitava sessão ordinária do Conselho Diretor, à qual compareceram o Sr. Presidente Carlos Henrique Figueiredo Alves e os conselheiros Rosane Chaves Gaspar e Leila Marques da Silva (representantes dos técnico-administrativos), Hélio Vargas Chaves de Souza (doravante Helio Vargas) e Patrícia Guimarães Crossetti (doravante Patrícia Crossetti) (representantes, respectivamente, titular e suplente dos docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT), Maria Renilda Nery Barreto (doravante Renilda) (representante titular dos docentes da carreira do Ensino básico, Técnico e Tecnológico – EBTT), Miriam Carmem M. da Nóbrega Pacheco (representante titular dos docentes da carreira do Ensino Superior), Marilda Pimenta Melo (representante da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN), Jurandyr Machado da Cunha e Janes Ivantes Rage (representantes da Associação dos Ex-Alunos), Alessandra Seródio (representante titular da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FAERJ). Como convidados, estiveram presentes: Eduardo Ogasawara, Elizabeth Gonçalves da Costa, Fábio Paschoal Júnior, Fabrício Raphael Silva Pereira, Lucas Camilo, Luciana Sales Marques, Mateus Miceli, Paulo Cesar Bittencourt, Pedro Manoel Pacheco, Renato Campus Mauro. Dando início à sessão, o Senhor Presidente procedeu a posse da conselheira Alessandra Seródio, cumprimentando-a e parabenizando-a pela indicação. Em seguida, deu início ao **Expediente Inicial**, item 1.1 **aprovação da ata da sétima sessão ordinária**, quando explicou que o convidado Paulo Bittencourt havia solicitado algumas alterações que iria expor aos conselheiros, porém, estava preso no trânsito e não havia conseguido chegar a tempo para a sessão. Sendo assim, fez dois encaminhamentos: 1) aprovar a ata sem esperar o convidado com suas explicações, uma vez que o mesmo não fazia parte do conselho; 2) aguardar o convidado e avaliar suas explicações. Todos decidiram aguardar o convidado. Sendo assim, o Senhor Presidente passou à **Ordem do Dia**, solicitando uma inversão de pauta, onde o primeiro item a ser tratado seria o 2.3 **Proposta de Criação do Curso de Pós-Graduação em Ciência de Dados**. Todos concordaram. Sendo assim, o Senhor Presidente passou a palavra ao convidado Eduardo Ogasawara que fez a apresentação do projeto aos conselheiros, conforme material enviado previamente aos mesmos. Finalizada a apresentação, o Senhor Presidente agradeceu pelo trabalho desenvolvido e colocou o assunto em discussão. A conselheira Miriam declarou que o projeto representava um crescimento para a área e parabenizou a equipe responsável. O conselheiro Jurandyr perguntou quantas vagas seriam ofertadas. O convidado Eduardo Ogasawara respondeu que, a princípio, seriam vinte e cinco vagas. Finalizadas as discussões, o Senhor Presidente submeteu o projeto à aprovação, sendo **aprovado** por unanimidade. Passando ao item 2.1 **POA 2014**, o Senhor Presidente esclareceu que tal proposta deveria ter sido votada na época em que o conselho ficou sem conselheiros, pois os mesmos haviam perdido seus mandatos. Disse também que o plano foi executado durante o ano 2014, não havendo outra possibilidade, senão processar o orçamento e que não foi feita Portaria “*ad referendum*” para isso. Ressaltou que o referido plano foi aprovado em reunião com todos os Centros de Custos. Finalizou pedindo desculpas e abrindo para discussão. O conselheiro Hélio Vargas ressaltou que algumas execuções referentes às bolsas para os estudantes deveriam ser repensadas para o ano 2015. E o fez com base no fato de que a partir do ano de 2010 as bolsas de assistência e permanência estudantil foram

9



45 regulamentadas exclusivamente para os alunos de graduação, visto que já há obrigação do  
Estado de atender de forma universalizada aos alunos da Educação Básica, a exemplo dos  
alunos do ensino médio/técnico, independente das situações socioeconômicas dos mesmos.  
Continuando sua linha de raciocínio, exemplificou a possibilidade de atender à alimentação  
50 universalizada destes alunos por meio de recursos do FNDE diretamente na escola, da mesma  
forma que os livros didáticos das disciplinas básicas do Ensino Médio que os mesmos já  
recebem, também de forma universalizada. E que neste caso, poder-se-ia pensar em incluir no  
orçamento do CEFET, conforme autorização prevista no elemento de despesa número 32  
contido no Manual Técnico de Orçamento do MPOG, a oferta de uniformes e de um kit aluno  
contendo uma mochila e os materiais didáticos acessórios tais como cadernos, lápis, borracha,  
55 canetas, pen drive etc, desde que devidamente regulamentado pelo CEPE ou o próprio CODIR.  
Além disso – continuou - as bolsas de assistência e permanência estudantil voltada aos alunos  
de graduação podem e devem ser aperfeiçoadas, pois aquela legislação está bastante  
abrangente e deixa a cargo das instituições as regulamentações complementares em função de  
suas realidades, que devem integrar tanto o Projeto Político Institucional – PPI - quanto o seu  
60 respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Por isso, sugeriu que o CODIR  
determine ao CEPE que regulamente todas as bolsas praticadas no âmbito do CEFET/RJ, bem  
como todas as formas de atendimento das necessidades dos alunos do ensino médio/técnico  
atrelando-as ao PPI e PDI, de modo a resguardar o dirigente máximo, enquanto gestor público  
e ordenador de despesas. Finalizando sua fala, pelos motivos expostos e por existir via  
alternativa, o conselheiro Hélio Vargas disse ser radicalmente contrário ao fornecimento de  
65 bolsas em pecúnia diretamente aos alunos do ensino médio/técnico, como forma de assistência  
estudantil, até para evitar que eles venham ou caiam na tentação de vir a dar, inclusive os seus  
responsáveis, independentemente de motivos e por mais meritórios que os sejam, uma  
destinação diversa daquela prevista inicialmente, que é o de alimentação do beneficiário,  
conforme prevê o Programa Auxílio-Alimentação – PAA – vigente. O Senhor Presidente  
70 justificou que não teria como fomentar somente os alunos de graduação, deixando os de nível  
médio/técnico sem assistência. Em relação ao plano de 2014, disse que preferiu correr o risco,  
do que deixar os alunos sem assistência, pois a permanência desses é essencial à instituição.  
Finalizadas as discussões, passou ao item 2.2 **PAINT 2015**, quando passou a palavra à  
convidada Elizabeth. A convidada apresentou a nova servidora Luciana, primeira contratada  
75 com o cargo de auditora da instituição. Em seguida, fez a apresentação do PAINT 2015 aos  
conselheiros, explicando que os pontos tratados foram basicamente os mesmos do ano  
anterior, com apenas algumas diferenças como a questão do Portal Institucional, que  
encontrava-se desatualizado, mas tentariam regularizar; a questão do PEA, que não possui  
documento formalizado, mas é executado na instituição. Também explicou que foi montada  
80 uma comissão responsável por criar um sistema de controle interno, de modo a permitir o  
mapeamento dos riscos da instituição. O conselheiro Hélio alertou para a questão da  
acessibilidade. O Senhor Presidente esclareceu que já existia uma comissão trabalhando nessa  
questão e que já haviam chamado firmas externas para dar palestras sobre o tema. A  
conselheira Miriam perguntou se existia alguma base de dados para acompanhamento da  
85 CGU. A convidada Elizabeth respondeu que existem ações para o acompanhamento do  
processo. O Senhor Presidente esclareceu que são apresentados relatórios durante o ano todo  
à CGU. A conselheira Rosane sugeriu incluir na carga horária de previsão, algumas horas  
destinadas ao CODIR. A convidada Elizabeth esclareceu que o plano em avaliação já havia  
sido aprovado pela CGU, logo tal solicitação poderia ser acatada para 2016. O Senhor  
90 Presidente explicou que a qualquer momento o CODIR poderia solicitar assessoria da UADI. A  
conselheira Rosane solicitou que a UADI fizesse um estudo sobre a Orientação Normativa n.2  
da CGU, de 09/09/2014, que dispõe sobre o exercício de atividades de magistério por agentes

6



públicos do Poder Executivo Federal, para saber como o CEFET/RJ iria proceder em relação a referida norma e dar um retorno ao CODIR. A convidada Elizabeth esclareceu que tal atribuição não caberia à UADI, mas sim à Procuradoria, pois a UADI não fazia atuação na parte jurídica. **Sendo assim, a conselheira Rosane solicitou que o assunto fosse encaminhado à Procuradoria.** O conselheiro Hélio complementou dizendo que a Procuradoria poderia dar um parecer e encaminhá-lo ao CODIR para avaliação. Finalizadas as discussões, o Senhor Presidente colocou o **PAINT 2015 em votação, sendo aprovado** por unanimidade. Passando ao item 2.4 **Regimento dos Conselhos dos *campi***, o Senhor Presidente lembrou que foi solicitado aos conselhos dos *campi* que enviassem suas propostas de regimento, para que estas fossem compiladas, formando um regimento único, que atendesse as necessidades de todos. Porém, nem todos os *campi* enviaram suas propostas, sendo assim, seriam utilizados os materiais recebidos até então. Explicou também que o CODIR já havia formado uma comissão para isso, mas com a demora do envio dos materiais, os conselheiros perderam o mandato antes de executarem o trabalho. O convidado Paulo Cesar Bittencourt lembrou que qualquer decisão em relação aos Regimentos dos *campi*, estará sempre abaixo do Regimento do CEFET/RJ, infelizmente, conforme por ele alertado várias vezes, SMJ, não foi até a presente data aprovado nem publicado no DO. À época em que o Regimento Geral do CEFET/RJ foi criado/aprovado/publicado, não havia *campi*, somente o campus Maracanã. Lembrou também que por questões preventivas e jurídicas, não seria recomendável elaborar regimentos diferentes para os *campi*, uma vez que pertencem à mesma instituição e que, ainda, não podemos "aprovar a planta, descrever as funções de quem trabalha na sala, remunerar esta pessoa, sem que a casa exista de fato e de direito", referindo-se a gerar modelos/organogramas de Unidade, atribuir funções gratificadas, etc, sem que isto esteja apontado no Regimento. Voltando à questão da comissão, o Senhor Presidente solicitou voluntários para formar uma nova comissão, responsável por elaborar um regimento único para os conselhos de *campi*. **A comissão** foi formada pelos conselheiros Hélio (presidente), Leila, Rosane e Marilda. O Senhor Presidente lembrou que os conselhos de *campi* não poderão nunca estar acima do CONEN, pois estão abaixo dos Diretores Sistêmicos. O convidado Paulo Cesar Bittencourt novamente lembrou o que havia alertado em várias reuniões, ou seja, a criação de um Conselho de Unidade, que é um legislativo, sem critérios, seria como, por exemplo, "criar a Câmara dos Vereadores da Praça Saens Peña, em paralelo a câmara dos Vereadores da Cinelândia". Ficou acordado que a comissão apresentará o trabalho na segunda sessão ordinária de 2015. Passando ao item 2.5 **Calendário de sessões ordinárias 2015**, o Senhor Presidente a proposta enviada aos conselheiros em discussão. O convidado Lucas sugeriu que a sessão ocorresse após 13h, pois 10h estariam em aula. A conselheira Renilda argumentou que alguns docentes ministram aulas após as 13h, por isso, o horário melhor seria 10h. **O Senhor Presidente colocou a proposta enviada em votação, sendo aprovada por unanimidade.** Passou então ao item 2.6 **Representação Discente no CODIR**, quando o Senhor Presidente lembrou que na sessão anterior foi explicado como ocorreu o processo de escolha dos novos representantes discentes no CODIR e por isso estava trazendo a documentação para os conselheiros avaliarem se foi democrático, aí os nomes seriam encaminhados ao MEC ou se preferiam disparar processo eleitoral. A conselheira Rosane disse que não considerava o processo democrático, pois pelo que leu, foi feita apenas uma reunião com cinco pessoas. O convidado Lucas esclareceu que foram cinco pessoas na última reunião, mas os outros grêmios já haviam discutido a questão em outras várias reuniões. O Senhor Presidente explicou que na época em que foi feita a eleição para o CODIR, ele convocou representantes discentes de todos os *campi* para uma reunião, onde participaram representantes de Petrópolis, Maria da Graça, Maracanã e Angra dos Reis e que os representantes de Nova Iguaçu não conseguiram chegar. Explicou que solicitou que a questão fosse discutida nas bases e que diante de uma decisão,

6



encaminhassem os nomes dos eleitos para ele. Posteriormente fez uma segunda reunião, onde participaram somente representantes do Maracanã, Nova Iguaçu e Maria da Graça. Disse que pelo o que observou na ata enviada, não houve acordo. O convidado Lucas esclareceu que todos os representantes assinaram o documento, mostrando que todos compartilhavam da mesma decisão. O conselheiro Jurandyr defendeu que se havia um documento assinada por todos, ele deveria ter validade. O convidado Paulo Cesar Bittencourt declarou que, na qualidade de Educador, acompanhou todo o processo desenvolvido pelos alunos e, em sua opinião, foi realmente democrático e legítimo, o que não justificaria qualquer mudança posterior de regras. A conselheira Renilda perguntou porque houve dois processos diferentes de eleição. O Senhor Presidente explicou que foi uma solicitação dele para agilizar o processo, dado que os representantes dos grêmios são eleitos por seus pares. O senhor Presidente também observou que o Regimento do CODIR não trata do mandato dos discentes e que isso deverá ser revisto. Explicou que colocou o assunto em pauta, pois não queria ser o único responsável pelo processo. Colocou em votação a validação do processo, **sendo aprovada por unanimidade**. Em seguida, passou ao item 2.7 **Aprovação do Regulamento das Eleições para a Comissão Eleitoral 2015**, colocando o documento em discussão. A conselheira Rosane solicitou que a data da aprovação dos resultados pelo CODIR ocorresse na primeira sessão ordinária de 2015, em 27/02/2015, ao invés de marcar uma sessão extraordinária no mesmo dia, como constava no documento em questão. O Senhor Presidente pontuou que não concordava com o artigo 19, quanto a questão de o eleitor poder votar em mais de um candidato. Para ele cada eleitor deveria escolher apenas um candidato, sendo eleitos os candidatos por ordem de número de votos. A conselheira Leila defendeu que a comissão teria três componentes, representantes de cada categoria e, por isso, cada eleitor poderia votar em três candidatos. Todos concordaram com a conselheira e o **documento foi aprovado por unanimidade**. Passou-se ao item 2.8 **Portaria "ad referendum" para aprovação**, quando o Senhor Presidente explicou que o referido documento tratava da ampliação de trinta para quarenta, o número de vagas ofertadas no curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEANI) e que tal curso seria anual, ao invés de semestral. Colocou em votação, **sendo aprovado por unanimidade**. Passando ao Expediente Final, **Assuntos Gerais**, a conselheira Miriam declarou que em reunião com a CPPD foi discutida a questão do Estágio Probatório, que os servidores não sabem quem faz a avaliação final, ou seja, quem aprova o servidor. Atualmente isso ocorre de forma automática e os *campi* estão questionando este fato. O conselheiro Hélio lembrou que existe uma regulamentação a respeito no CEPE. Disse também que atualmente os relatórios são encaminhados para a CPPD, depois seguem para a Direção Geral e por último para o RH. A conselheira Miriam lembrou que na sessão anterior, o Sr. Presidente havia comentado sobre as homenagens, sugerindo que fossem homenageados, ainda este ano, os aposentados e os servidores que fariam vinte e cinco anos de serviço. O Sr. Presidente disse que não teria tempo hábil e que voltaria a tocar no assunto no início de 2015. A conselheira Miriam perguntou como estava a questão das reuniões do CONEN, pois os *campis* estão questionando o número reduzido de reuniões. O Sr. Presidente declarou que o CONEN está em processo de eleição, não tendo membros eleitos no momento. O Sr. Presidente declarou que os cursos de Engenharia Mecânica e Eletrônica que estavam com nota 2, por causa do ENADE, passaram para nota 4. Disse também que o curso de Engenharia de Automação passou de nota 3, para 4. Disse que isso mostra a seriedade que estão sendo tratados os cursos na instituição. Informou que o processo de posse no *campus* Friburgo foi finalizado, faltando apenas alguns docentes, que tomarão posse em Janeiro. Disse também que a instituição iniciará 2015 quadruplicando o número de cursos, pois agora todos os *campi* terão cursos de ensino médio e bacharelado. Informou também que recentemente foi aprovado o mestrado de Filosofia e Ensino. Divulgou que um aluno da instituição foi fazer intercâmbio na Espanha e em



2015 irão mais cinco, todos com bolsas do Santander. Contou que já foi aprovada a Dupla Titulação em Portugal e vão expandir o programa para Espanha e Estados Unidos. Defendeu que hoje a instituição está caminhando rumo às Universidades Aplicadas, por conta dos novos cursos que estão abrindo, bem as suas áreas em que está atuando. O convidado Paulo Cesar Bittencourt divulgou que havia sido convidado para a abertura oficial do Encontro do PIBID em Petrópolis, o qual contou com intensa programação no Curso de Licenciatura em Física, inclusive com convidados externos. Comentou, ainda, que a mesma Unidade sediou, há algum tempo, um Encontro sobre Evasão e Repetência no Ensino Médio nas escolas da Região Serrana, também muito rico e que contou com a presença de representantes das Secretarias de Estado e Municipal de Educação. Finalizou lamentando que, por várias vezes, havia sido procurado por alunos, inclusive no dia anterior, por dois pais de alunos revoltados, os quais questionaram a razão do CEFET/RJ não estar pagando as bolsas alimentação há alguns meses, conforme previsto no Edital de Seleção correspondente, o que proporciona profundo constrangimento. A explicação dada pelo CEFET/RJ, de que o Governo Federal não repassou os recursos, em sua ótica, não responde aos anseios de quem fez uma opção por uma bolsa alimentação e, portanto, vital para a sua sobrevivência. Sugeriu, mais uma vez, publicar no Portal CEFET/RJ uma nota informando que o valor não está sendo repassado pelo Governo Federal em tempo hábil para o pagamento. Sugeriu cautela na elaboração da nota, declinando de criar uma situação de tratamento diferente para iguais, o que evitaria a abertura de espaços para contestações externas, inclusive via Ministério Público. O Sr. Presidente declarou que este era um assunto para pauta e não para estar em assuntos gerais, mas esclareceu que o governo não repassou os cem por cento da verba para o orçamento e que está tentando resolver esse impasse. Disse que os pais dos alunos têm razão, mas a instituição nada poderia fazer. Falou também que não era o momento de publicar nota, pois precisavam de uma definição do MEC. Disse que se o MEC não pagar as bolsas atrasadas em 2014, terá que entrar no orçamento de 2015. A conselheira Rosane questionou se não teria outra forma de incluir essa receita no orçamento de 2014, para que os alunos recebessem ainda em 2014. O Sr. Presidente declarou que pediu a liberação do *Superávit* do CEFET/RJ para pagar as bolsas, mas o governo negou. Orientou o convidado Bittencourt para conversar com os pais dos alunos e orientá-los a ir à justiça ou ao Ministério Público. Explicou que a instituição vai se precaver e informar em Edital que todos os pagamentos de bolsas estão vinculados ao repasse da União e que elas podem ser canceladas a qualquer momento. A conselheira Rosane indagou sobre o funcionamento das bolsas. O Sr. Presidente informou que funcionava por meio de questionário social e que o CEFET/RJ vem ampliando a quantidade para atender a todos os alunos. A conselheira Leila lembrou que a aprovação da ata da sétima sessão ordinária ficou pendente no início da sessão, pois estavam aguardando a chegada do convidado Bittencourt. O convidado Paulo Cesar Bittencourt acordou de enviar suas alterações aos conselheiros por *e-mail* e se todos concordarem com as mesmas a ata será aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão e agradeceu a presença de todos. Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Luciana Carvalho de Oliveira, na qualidade de Secretária e pelo Senhor Presidente, Carlos Henrique Figueiredo Alves.